

# TEM PO

Organizadores:  
Tiago Siqueira Reis  
Carla Monteiro de Souza  
Monalisa Pavonne Oliveira  
Américo Alves de Lyra Júnior

COLEÇÃO HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: VOLUME II

# PRE SEN TE



Organizadores:  
Tiago Siqueira Reis  
Carla Monteiro de Souza  
Monalisa Pavonne Oliveira  
Américo Alves de Lyra Júnior



COLEÇÃO HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: VOLUME II

Escrevem neste número:

Airton dos Reis Pereira - Amarelido Ferreira Júnior  
Carlos Zacarias de Sena Júnior - César Augusto B. Queirós  
Gilberto Grassi Calil - Jeany Castro dos Santos  
Kátia Gerab Baggio - Marco Antônio Domingues Teixeira  
Maria Ariadina Cidade Almeida  
Marta Gouveia de Oliveira Rovai - Raquel Varela  
Rosa Acevedo Marin - Temis Gomes Parente  
Teresa Almeida Cruz - Waldo Analdi



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

**REITOR** EDITORA DA UFRR  
José Geraldo Ticianeli Diretor da EDUFRR  
Fábio Almeida de Carvalho

**VICE-REITOR** CONSELHO EDITORIAL  
Silvestre Lopes da Nóbrega  
Alcir Gursen de Miranda  
Anderson dos Santos Paiva  
Bianca Jorge Sequeira Costa  
Fábio Luiz de Arruda Herrig  
Georgia Patricia Ferko da Silva  
Guído Nunes Lopes  
José Ivanildo de Lima  
José Manuel Flores Lopes  
Luiza Câmara Beserra Neta  
Núbia Abrantes Gomes  
Rafael Assumpção Rocha  
Rickson Rios Figueira  
Rileuda de Sena Rebouças

Editora da Universidade Federal de Roraima  
Campos do Paricatana – Av. Cap. Enc. Garcez, 2413,  
Aeroporão – CEP: 69.310-000. Boa Vista – RR – Brasil  
e-mail: editora@ufrr.br / editora@ufrr@gmail.com  
Fone: + 55 95 3621 3111

A Editora da UFRR é filiada à:



Copyright © 2020  
Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.  
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,  
constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Projeto Gráfico**  
George Brendom Pereira dos Santos

**Capa**  
Matheus de Oliveira Vieira

**Diagramação e Edição Eletrônica**  
Paulo DeCarvalho

Dados Internacionais de catalogação na publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

C96 Coleção história do tempo presente: volume II / Organizadores: Tiago  
Siqueira Reis et al. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

279 p. : il.

ISBN: 978-65-86062-18-2

I - História. 2 - Democracia. 3 - Migração. I - Título. II - Reis,  
Tiago Siqueira (organizador). III - Série.

CEDU - 981

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:  
Marcilene Feio Lima - CRB-11/507-AM

A exatidão das informações, conceitos e opiniões  
é de exclusiva responsabilidade dos autores

## SUMÁRIO

7	APRESENTAÇÃO	
15	A DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA: UM PROJETO ARREDIO E EQUIVOCADO Waldo Ansaldi	
32	O COMPADRE E O PROFESSOR: O MOVIMENTO JAN-JAN E AS DISPUTAS EM TORNO DA SUCESSÃO PRESIDENCIAL DE 1960 NO AMAZONAS César Augusto B. Queirós	
49	O PAPEL DO SISTEMA DE JUSTIÇA NO PROCESSO DE DESESTABILIZAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA (2005-2019) Kátia Gerab Baggio	
85	DECIFRA-ME OU DEVORO-TE: AS JORNADAS DE JUNHO, O GOLPE DE 2016 E A ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL Carlos Zacarias de Sena Júnior	
115	A DEMOCRACIA BRASILEIRA SOB ATAQUE: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PERSPECTIVAS DE FECHAMENTO POLÍTICO NO BRASIL ATUAL Gilberto Grassi Calil	
131	HISTÓRIA PÚBLICA: UM DESAFIO DEMOCRÁTICO AOS HISTORIADORES Marta Gouveia de Oliveira Rovai	
154	O "OLHO QUE TUDO VÊ": REFLEXÕES SOBRE O PLANO URBANÍSTICO E O CORPO EM PALMAS-TO Jeany Castro dos Santos Temis Gomes Parente	
170	A LUTA PELA TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ, AMAZÔNIA ORIENTAL Airton dos Reis Pereira	
188	O SOCIOAMBIENTALISMO E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE EM RONDÔNIA: VIOLÊNCIA E CONFLITOS Marco Antônio Domingues Teixeira	
207	AS REVOLUÇÕES ANTICOLONIAIS: UMA PERSPECTIVA GLOBAL Raquel Varela	
224	MIGRANTES, "REFUGIADOS VENEZUELANOS": CONFLITOS E POLÍTICAS DE ESTADO Rosa Elizabeth Acevedo Marin Amarildo Ferreira Júnior	
253	TRAJETÓRIAS DE CRIANÇAS INDÍGENAS NO CONTEXTO DAS CORRERIAS NA AMAZÔNIA ACREANA Maria Ariädina Cidade Almeida Teresa Almeida Cruz	
270	AUTORAS E AUTORES	
278	ORGANIZADORES E ORGANIZADORAS	
279	REVISORES	

A DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA:  
UM PROJETO ARREDIO E EQUIVOCADO\*

Waldo Ansaldi

A Lucía Sala de Touron, *in memoriam*.  
Hablar de democracia es siempre  
*intelectualmente peligroso* (Tomás Moulian).

A democracia nas agendas política e acadêmica<sup>1</sup>

A derrota dos projetos revolucionários, a instalação generalizada de ditaduras institucionais das Forças Armadas – processo iniciado nos primeiros cinco anos da década de 1960, em El Salvador, na Guatemala, no Brasil e estendido nos anos de 1970 para Bolívia, Uruguai, Chile, Argentina –, as lutas populares contra essas ditaduras, as crises da dívida externa em 1982, o recém-iniciado trânsito a um novo padrão de acumulação de capital (da valorização financeira), como também o começo da crise financeira do ciclo sistêmico de acumulação hegemônico pelos Estados Unidos (para usar a categoria analítica de Giovanni Arrighi), foram alguns dos fatores que contribuíram, de diferentes maneiras, ao questionamento das ditaduras mencionadas.

Em 1978, dois acontecimentos independentes entre si, constituíram em desses momentos que, parafraseando Antonio Gramsci, podem ser caracterizados como “orgânicos”, ou seja, relativamente permanentes, entendendo que

\* Tradução: Fabrício Paiva Mota e Marcus Vinícius da Silva - (Universidade Federal de Roraima).

1 É provável que haja leitoras e leitores de outros artigos meus que encontrem neste algo familiar, reminiscências de outros textos. Não vão se enganar. Pela honestidade intelectual esclareço que o que se vai ler a seguir é, em parte, um *collage* de fragmentos de textos prévios – que escolhi porque continuam sendo pertinentes –, reescritos para esta ocasião e entrelaçados com outros que, também, em parte, sim são novos. Todos são exercícios para um próximo livro sobre as condições socio-históricas das democracias e das ditaduras na América Latina.



a incidência de um e de outro no devir histórico de nossas sociedades não é equiparável: 1) em agosto, Antonio Guzmán Fernández substituiu o ditador *trujillista* Joaquín Balaguer na presidência da República Dominicana; 2) em outubro aconteceu em San José, a *Conferencia Regional sobre Condiciones Sociales de la Democracia en América Latina*, convocada pela Secretaria Executiva do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

A substituição do ditador dominicano foi o começo do processo – hoje de média duração – de transição de ditaduras a democracias e relativa consolidação institucional destas. A Conferência de San José deu início a mais longa e sistemática etapa de reflexão, pesquisas e debates sobre a democracia no campo das ciências sociais latino-americanas. Explico: etapa de escala regional ou subcontinental, posto que no contexto de luta contra as ditaduras não se pode deixar de lado as pioneiras reflexões de Wanderley Guilherme dos Santos, em 1973, e de Fernando Henrique Cardoso, em 1975, – analisadas com agudeza crítica por Fontes (2007) –, reflexões que citavam exclusivamente o Brasil. E tratando-se de antecedentes próximos, impossível deixar de citar a Casanova, *La democracia en México* (1965) e a Lechner *La democracia en Chile* (1970), ambos se referindo a seus respectivos países. O mérito da Conferência de San José e da publicação de trabalhos que foram apresentados durante o encontro, bem como as contribuições posteriores na revista *Crítica & Utopía. Latinoamericana de Ciencias Sociales*, deu a questão escala regional no campo das ciências sociais e no campo da articulação – clássica nelas – com a conjuntura política.

A instalação da democracia como problema nesse campo e na agenda política de nossa América se introduz a partir de um processo similar iniciado pouco antes em Portugal e na Espanha (1975), expandido pela Europa no chamado “socialismo real” depois da queda do Muro de Berlim (1989). Entre nós, duas questões se desenvolveram de forma entrelaçada: o caráter da democracia e o caráter das transições, incluindo a esse respeito, o como e o quando, sendo controverso especificar quando podiam dar-se como concluídas. Escapa os limites desta contribuição tratar ambas questões.

Nas transições de ditaduras a democracias políticas produzidas na América Latina nas décadas de 1980 e 1990, a renúncia a transformações radicais foi o seu núcleo duro. Diferente dos anos de 1960 e início de 1970, na década de 1980 a revolução se diluiu como possibilidade, inclusive, quando Nicarágua e El Salvador apareceram como ratificação, no final, também relegada. Por outro lado, tanto as experiências das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas e do Exército de Libertação Nacional, na Colômbia – mais ajustadas ao modelo “clássico” das guerrilhas de 1960 –, quanto o muito peculiar Exército Zapatista

de Libertação Nacional, no México, não constituíram efetivas alternativas de poder, mais além de seu inegável efeito político no interior de seus respectivos países. Foi nesse contexto que se alteraram substancialmente as agendas acadêmica e política. Foi a passagem, como brevemente sintetizava o título de um célebre artigo de Norbert Lechner *De la revolución a la democracia* (1985). Pode concordar ou não com o argumento do Lechner, mas não se pode deixar de constatar que, em efeito, isso foi o que aconteceu. A história recente nos apresenta uma situação de encruzilhada que requer centrar a discussão sobre a viabilidade da democracia na América Latina, desde uma perspectiva diferente a considerada nos últimos anos.

Como dito anteriormente, nem a revolução nem a democracia são resultado da inelutabilidade da história. Como mostrou Francisco Weffort (1984, p. 31): “tanto as democracias quanto as revoluções se constroem na luta de vontades políticas conscientes e responsáveis”. Uma e outra não são fatalidades, são contingências.

Hoje está claro que a democratização iniciada no começo dos anos de 1980 está composta somente de elementos formais, importantes, mas não fundamentais. Esta proposição não implica um juízo de valor acerca dela. É uma mera constatação empírica, que não desconhece a existência de uma questão chave, cujo tratamento extrapola os limites aqui disponíveis: a relação entre democracia e classes sociais ou, se preferir, em que medida a democracia é uma forma política de dominação de classe, um instrumento, uma forma institucional neutra em termos classistas, um campo de luta pela hegemonia, um sinônimo de capitalismo, mas também socialismo, uma forma de vida, uma forma de sociedade ou outra coisa qualquer.

Avançou-se pouco no pensar substancial das democracias realmente existentes no contexto de incorporação da América Latina a globalização ou mundialização chamada neoliberal, embora talvez seja preferível chamar liberista, para retomar a distinção italiana (Benedetto Croce, Luigi Einaudi) entre liberismo (política econômica) e liberalismo (doutrina filosófico-política). Também falta avançar na explicação dos efeitos perversos da liquidação do cidadão em simples votante, a crise da representatividade, a ineficácia de instituições chaves da democracia política representativa, o nexó Estado-empresários e as possibilidades, com pontos fortes e fracos, de forma embrionária da democracia participativa e/ou direta, para citar apenas algumas questões.

Na América Latina do ciclo político democrático – já se vão quarenta anos – a pobreza e inclusive a indigência foram uma nota dominante durante sua maior parte, embora houvesse reduções importantes durante, mais ou menos, dez/quinze anos, em países que tiveram governos nacional-populares ou “progressistas”.

Porém a pobreza não se reduziu, nem se reduziu a carência de recursos econômicos: também se constata no capital cultural. A importância deste não é menor e se aprecia especialmente em setores de classes que, em consequência das políticas liberistas (ou neoliberais, se preferir o uso da moda) se empobreceram, como ocorreu em segmentos consideráveis das classes trabalhadoras, camponesas e da classe média<sup>2</sup>. Assim, a nota dominante tem sido e é a existência de democracias de pobres e democracias pobres, como escrevi anos atrás, propus também a possibilidade de um futuro de pobres democracias! Nesta questão é importante ter presente que o deterioramento da qualidade institucional das democracias se observa tanto nos aspectos meramente institucionais, formais, minimalistas, que são majoritárias, como nas participativas, definidas constitucionalmente na Bolívia, Equador, Venezuela, sem esquecer a pioneira experiência das práticas de orçamento participativo nas prefeituras brasileiras governadas pelo Partido dos Trabalhadores.

Parece não haver correlação entre o tipo de queda das ditaduras e o das transições e as democracias resultantes. Argentina e Bolívia experimentaram as quedas das ditaduras por colapso, para usar o conceito de Guillermo O'Donnell, enquanto Brasil, Chile e Uruguai viveram transições pactuadas e muito conservadoras, e El Salvador, Guatemala e Nicarágua o fizeram em situação de guerra civil. Como hipótese – ao menos de trabalho – pode-se considerar a chave interpretativa na mudança do padrão de acumulação de capital e sua articulação com a crise financeira do padrão dominado pelos Estados Unidos.

Permitam-me uma digressão importante: padrão de acumulação de capital e ciclo sistêmico de acumulação de capital não são sinônimos. Padrões e ciclos sistemáticos de acumulação são, aliás, processos desenvolvidos somente em formações econômico-sociais capitalistas. Não cabe neste trabalho explorar a esse respeito. Mostro tão somente que o primeiro é de média duração, enquanto o segundo é de longo (*a longue durée* de Fernand Braudel). Assim, a América Latina passou por três padrões de acumulação de capital: economia primário-exportadora (aproximadamente entre 1880-1930), economia de industrialização de substituição de importações (aproximadamente entre 1930-1975)<sup>3</sup>, economia

2 O pensamento conservador ou acético, como queria chamar, teve sucesso em impor a caracterização da divisão de classes de acordo com a distribuição dos ingressos em termos de alta, média e baixa, o que supõe uma estrutura hierárquica. Não obstante, é uma simplificação nada inocente. A consciência deveria obrigar quem compactua com essa postura a se expressar em termos de classes alta, média e baixa.

3 Para efeitos puramente ilustrativos utilizo a periodização convencional, que se deve tomar cuidado, pois a ISI começou muito antes da crise de 1930, como mostram os casos da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia e do México, ou com maior precisão, Buenos Aires-Grande Buenos Aires, São Paulo, Concepción, Medellín e Monterrey. Não obstante, a mudança de padrão sim pode finalizar na década de 1930. Obviamente, a mudança não significa que o padrão anterior desapareça por completo (em todos os casos, não somente nesse). Frequentemente continua desempenhando um papel relevante.

de valorização financeira (desde 1975 até a atualidade). Esses três padrões produziram dentro da fase final do ciclo sistêmico da hegemonia britânica (compreendido ente 1740 e 1930, com crise financeira em 1870) e do desdobramento hegemônico pelo capital norte-americano (desde 1930, com crise financeira em 1970, hoje com fortes indícios de crise terminal em luta com o impetuoso avanço do capital chinês). Diga-se de passagem, o enfrentamento entre os capitalismo americano e chinês não é um dado menor para a América Latina, tornando-se cenário cada vez mais fundamental.

#### A democracia como problema

Os processos de transição de ditaduras a democracias – ou, como no México, de democracia restrita ou de partido quase único a democracia ampliada –, os concomitantes de maior ou menor consolidação das democracias resultantes, e as novidades, inovadoras de democratização mais inclusivas, colocaram a democracia no centro da reflexão dos cientistas sociais latino-americanos, como também de políticos e jornalistas. Dentro dessa reflexão, dois capítulos tem sido importantes: primeiro, é a noção mesma de transição, objeto de várias controvérsias, em particular, com relação ao momento em que conclui a transição; o segundo, menos tratado sistematicamente, o dos processos de inclusão, que tiveram como nota distintiva o de estar associados, ao menos discursivamente, a revolução: Revolução Democrática e Cultural na Bolívia, Revolução Cidadã no Equador e Democracia Revolucionária na Venezuela.

Não conheço a existência de um levantamento bibliográfico recente mais ou menos exaustivo sobre a questão da democracia na América Latina. Um muito amplo – mas curiosamente com ausências inexplicáveis – é o já desatualizado trabalho (porém ainda útil) de Edgardo Lander (1996), onde constam 1.058 registros bibliográficos basicamente do período de 1970-1995.

Na Introdução desse levantamento, Lander identifica três tipos de experiências nos processos de democratização latino-americana. A primeira é a dos chamados países com longa continuidade democrática, mais ou menos ampla, como a Costa Rica, ou com inclinação mais autoritária, como o México, e países com décadas de governos democráticos, com democracia formal conquistada, nos quais a questão é “a democratização de regimes com um alto grau de autoritarismo e de recuperação e/ou conquista da legitimidade democrática quando esta é precária e existe uma limitada institucionalidade democrática”, como na Colômbia e na Venezuela. O segundo tipo de experiências é o dos países que



“depois de um período de autoritarismo militar [por que não os chamar pelo que realmente foram: ditaduras?] retornam a um regime civil” em um contexto de “uma importante tradição e cultura democrática que serve de alicerce aos processos de transição”, como nos países do Cone Sul, especialmente o Chile e o Uruguai. O terceiro tipo é dos países carentes de tradições democráticas ou, como diz Pablo González Casanova, de “experiências populistas ou social-democratas”, como nos casos da Guatemala, El Salvador, Honduras e Haiti. Nesses, a questão não foi a redemocratização do Estado, como na primeira experiência, nem o retorno às instituições políticas democráticas como na segunda, posto que as relações sociais são de caráter autoritário (Lander, 1996, p. 8).

É uma proposta interessante para tentar explicar um processo sociopolítico que já leva quatro décadas, ou seja, de média duração, nos termos de Fernand Braudel ou, uma situação, mais que uma conjuntura, se preferir a distinção gramsciana.

Na verdade, qual foi a nota dominante, distintiva, da abordagem do problema da democracia por parte da maioria dos cientistas sociais latino-americanos? Um dos principais protagonistas, Guillermo O'Donnell, em 1995, em uma entrevista realizada por Salvador Mazzuca, assinala um balanço esclarecedor. Permite-me citá-lo em extenso:

Eu diria que fomos demasiado políticos. Estávamos tão obcecados pelo problema político, que não contamos com algumas variáveis sociais e econômicas que deveríamos ter considerado. [...] Finalmente, quando vieram as democracias, boa parte dos intelectuais se incorporaram aos governos, onde a dependência existia, mas não era muito mencionada; e, como muitos se comprometeram em dizer que a dependência tinha sido uma moda que não deu certo, nem a palavra nem o tema se recuperaram. [...] Como no caso das bruxas, havia dependência (e em graus insólitos). Não somente [...] em relação ao impacto formador que tem o que, a raiz desse vínculo, fazer e deixar de fazer esses governos e as classes dominantes locais e as estruturas sociais e de poder”. Uma definição de dependência, acrescenta O'Donnell, “que também atende às transformações nacionais de classe, está vigente como nunca e tento recuperá-la”. Nos anos oitenta, a linguagem se fez “casta”. Uma série de palavras, como dependência, classe, em outro tempo Estado, foi abandonada; agora falamos de “administração Clinton”, “administração Menem”, as classes são “setores”. Esta “nova roupagem” da linguagem é um dado interessante de uma enorme hegemonia neoconservadora. Todos aqueles que dominam preferem não usar a palavra dominação. O problema é quando os dominados ou os terceiros que não teriam por que aceitar essa linguagem, aceitam alegremente que se chame *leverage* ao poder (O'Donnell, 1995, p. 170).

Uma das consequências do que O'Donnell chamou de excesso político foi a de prover informação e descrição do conteúdo institucional, formal, das de-

mocracias instauradas ou reestruturadas na América Latina, contribuição nada trivial, mas divorciado absolutamente do que podia converter a descrição na explicação: as condições sócio-históricas que condicionaram esse processo. Pode-se completar o argumento de O'Donnell mostrando que se prestou atenção a conjuntura, à curta e média duração, e se descuidou por completo a estrutura, de longa duração. Retomo este assunto mais adiante.

Houve, pois, o excesso de tratamentos parciais, levando Jorge Gracianera a destacar no Congresso Internacional sobre os Limites da Democracia (Roma, 1990):

a utilização de três elementos que deveriam estar integrados em qualquer interpretação que pretenda englobar o que significa ser o fenômeno democrático. Elas são a dimensão social, [a] política [e a] histórica da democracia, cujas conexões recíprocas são as que dão sua densidade e sentido concreto. A conjunção destas dimensões é o que permite observar o grau em que a democracia constituiu uma formação histórica que penetrou na sociedade (classes sociais) e no Estado (regime político) (Gracianera, 1985, p. 192).

O peso acadêmico desses autores não alterou o teor dos estudos sobre as transições à democracia e a sua consolidação, que seguiram centradas nos aspectos institucionais e formais delas mesmas. Não se trata de rejeitá-los, mas nos dizem pouco se não estiverem conectados com os condicionantes desses processos. O interesse em deixar de lado o reducionismo economicista levou a um reducionismo político, quando não a um cultural. Em certa medida, a análise da democracia e da democratização continuou na mesma má sorte de outras análises – de classes, de sociedades em situação de dependência, por exemplo –, menosprezados por quem aceitou rapidamente as tendências e modas predominantes em boa parte do mundo hegemônico pelo pensamento conservador e acríptico dominante, desde, justamente, os anos das transições. No entanto, não há razões suficientes para seu abandono. Recuperar conceitos e categorias próprias do pensamento crítico não significa fazê-lo em termos de congelamento e de fossilização. Na atualidade, vivemos, talvez como nunca vivido, em situação de dependência. Porém por suas características, hoje, não podem ser explicadas suficientemente nos mesmos termos dos anos de 1960 e na primeira metade dos anos de 1970, porque as condições de dependência variaram qualitativamente com a mudança de padrão de acumulação de capital e com a crise financeira do ciclo sistêmico norte-americano. As relações econômicas entre China e América Latina apresentam um ar familiar bem conhecido: intercâmbio de matéria-prima (latino-americanas) por produtos e tecnologia (chineses). Mas seria um

equivoco dizer que se trata de uma situação de dependência do imperialismo tal como a conhecemos historicamente. Não é por muitas razões, entre elas as de caráter político, militar e ideológico. Porém, o que são? Quanto condicionam a possibilidade de algum grau de autonomia por parte dos capitalismo latino-americanos? Não se explica pelas teorias do imperialismo clássico, muito menos explica se o problema não é abordado, ignorando-o. Olhar para o horizonte ou colocar uma venda nos olhos, não faz desaparecer o problema.

No processo de renúncia aos conceitos, categorias analíticas e as teorias, não é de se surpreender que, tratando-se de democracia, também desaparecido a distinção, que soube ser importante a seu momento, sobretudo a partir das experiências do Estado de Bem-estar Social na Europa e dos Estados de Compromisso Social na América Latina, entre democracia política e democracia social, uma distinção qualitativa que reproduzia, embora menos radicalmente, a clássica revolução política e revolução social. As desapareções de conceitos e de categorias analíticas não são inocentes e as consequências não são triviais. Como diria O'Donnell, estamos lidando com um sério problema quando os dominados ou os terceiros que não teriam por que aceitar essas desapareções, o aceitam pacificamente. O fato é mais grave quando o abandono e o desaparecimento se produzem dentro do campo das ciências sociais, da intelectualidade crítica.

Nesse sentido, deve-se refletir sobre o formidável sucesso das burguesias latino-americanas na aplicação do transformismo, tanto molecular como orgânico. A constatação que Virginia Fontes (2007, p. 384) assinalou para o Brasil é passível de ser generalizada a toda ou, ao menos, boa parte da América Latina, muito significativamente no Chile. As consequências do transformismo não são triviais. Não foi somente a renúncia à revolução. Como a própria Virginia aponta, na virada ideológica o capitalismo já não está para ser combatido, mas aprofundado, e inclusive a participação popular já não é considerada uma condição necessária, mas até pode chegar a ser casual, colocando em risco a democracia (Fontes, 2007, p. 393). Assim, a democracia deixou de ser analisada como uma forma de exercício da dominação política e social de classe para um dever de uma nova sociedade, como se fosse uma forma a mais entre as historicamente conhecidas (por exemplo: capitalista, socialista, feudal, escravista). O slogan de Raúl Alfonsín, na campanha eleitoral argentina de 1983, reiterada em sua primeira mensagem ao Congresso, segundo o qual "com a democracia não apenas se vota, mas também se come, se educa e se cura", foi expressão dessa concepção. Ninguém pode negar que como tema de campanha eleitoral foi um sucesso, mas não deixa de ser um erro conceitual. Com uma combinação: se com a democracia não se consegue comer, educar e curar, o risco de descrença nela é muito

alto. Basta ver os sucessivos registros de Latinobarómetro<sup>4</sup> para comprovar que não é uma mera hipótese. Mostro, à margem, que originalmente a percepção da democracia como um tipo de "sociedade sem classes ou de uma classe só", e não como um mecanismo político passível de adaptação a uma sociedade dividida em classes, foi privativa dos poderosos entre os séculos XVIII e XIX, como bem advertiu o politólogo canadense Crawford Brough Macpherson (1982, p. 20).

Estes apontamentos são uma ligação para o ponto seguinte, o qual esboço algumas das questões abordadas na pesquisa sobre condições socio-históricas das democracias e das ditaduras na América Latina, cujos resultados espero retratar em um próximo livro, como indiquei no início deste trabalho.

Na verdade, se a democracia se constitui em um problema político-social e acadêmico, a pergunta óbvia é: por que a democracia se perdeu? Se é que houve e/ou onde houve, ou melhor, por que não houve democracia? As respostas a estas perguntas e as derivadas delas requererem uma abordagem que parta de dois pontos iniciais inequívocos: um, histórico; outro, teórico-metodológico.

#### Pressupostos teórico-metodológicos para explicar o problema

A questão teórico-conceitual fundamental é definir o que entendemos por democracia. É uma palavra que em razão de estar vulgarizada parece não requerer definição, como se todos soubéssemos de que estamos falando, ou que estamos falando do mesmo termo. Não é assim. É que a democracia é uma palavra, um conceito carregado de polissemia que, por acréscimo, requer um adjetivo. Discordo de autores como o mexicano Ernesto Krausse que sustenta que a democracia não necessita de nenhum adjetivo. Para quem pensa assim, a democracia sem adjetivo, é a democracia *liberal, burguesa ou capitalista*. É certo que os gregos antigos não necessitavam adjetivá-la, pois para isso o significado etimológico era o único possível: governo do *δημος* (*demos*), ou seja, do povo. Na Modernidade, o termo passou por uma ressignificação, questão que hoje adquiriu uma dimensão maior que há 200-250 anos atrás.

Atualmente, tenta-se definir a democracia, por assim dizer, menos "em termos de um governo pelo *demos* ou poder popular" e mais "em termos de liberdades civis, liberdade de expressão, de imprensa e de reunião, tolerância, a proteção de uma esfera privada, a defesa do indivíduo, ou a 'sociedade civil' contra o Estado, etc", que "são virtudes admiráveis [...] mas especificamente tem pouco a ver com a *democracia*". Notadamente ausente deste catálogo de características

<sup>4</sup> Nota do tradutor: <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>



democráticas está precisamente a virtude que dá a democracia seu significado específico e literal: o governo pelo *demos*", como apontou Elle Meiksins Wood (2000, p. 269).

Na verdade: democracia e povo são conceitos inseparáveis que, em um estudo como o que abordo, devem ser historicizados. Assim, a título ilustrativo, lembro que houve um momento em que corresponde ao início das lutas pelas independências em nossa América, no qual democracia e revolução não foram entendidas como excludentes, mas como sinônimos, para pavor dos conservadores e, ao fim e ao cabo, das classes proprietárias *stricto sensu*. Nesse sentido, é necessário indagar as condições sócio-históricas para que expliquem por que muitos desses processos históricos, tendo o poder ou lutando para tê-lo, conclamaram a democracia como provam inúmeros documentos, proclamações, discursos e normas constitucionais, mas terminaram constituindo regimes políticos oligárquicos e/ou ditatoriais. Dessa maneira, a apreciação de Weffort para o Brasil é ampliada a América Latina: "Se Marx fosse brasileiro [latino-americano], teria dito, certamente, que a ditadura é a forma, por excelência da dominação burguesa" (Weffort, 1984, p. 39).

Um dos problemas que se colocou aos líderes da independência, fossem revolucionários ou moderados, foi o de como organizar, desde a diversidade, a "vontade do povo", entretanto "o povo" era o titular da soberania. Dito de outra forma, como salvar a distância entre o povo real, com suas diferenças sociais e culturais, e as instituições imaginadas e orientadas em direção a unificação político-institucional. Como bem advertiu Norbert Lechner, esses são os eixos em torno dos quais refletiu a luta pela democracia, desde o século XIX até hoje. A expressão povo foi, justamente, o centro da luta política entre partidários, uns para ampliar e outros para restringir os direitos de cidadania.

Quando os pequenos grupos criollos radicalizados foram derrotados (aproximadamente 1820-1825), os vencedores, fossem conservadores ou liberais ilustrados, cristalizaram sua convicção da democracia – a que usualmente se referiam pejorativamente – como sinônimo de jacobinismo, ideal roussoniano, federalismo, anarquia, subversão e barbárie. Uns e outros rejeitaram por considerá-la excessivamente igualitária e por reivindicar o sufrágio universal masculino para as maiorias, as que eles consideravam inaptas para exercerem o direito de cidadania por carecer de educação e de virtudes necessárias.

No duplo processo de construção da democracia na América Latina, ou seja, conceitualmente, – que se entenda por democracia – e socio-historicamente – como foi e é esse processo –, se constata que as formas de dominação oligárquica, autoritária e/ou ditatorial são parte do fio condutor de nossa história, de seu

coeficiente histórico e de sua longa duração. Esse duplo processo deve ser visto como uma parte de um todo, o da formação de novas sociedades a partir da ruptura da dominação colonial, resultado de uma revolução passiva dependente, modernização conservadora dependente ou dialética de simultânea modernização do arcaico, segundo se escolha por dizer em termos de Antonio Gramsci, Barrington Moore ou Florestan Fernandes, respectivamente. No entanto, a democracia – representativa, liberal, burguesa ou capitalista, como preferiam chamar – foi uma ideia importada por grupos em geral nada ou escassamente burgueses, que trataram de acomodá-la, onde e toda vez que fosse possível, a defesa de seus interesses e/ou privilégios, justamente os mesmos que na Europa havia constituído, como observou Sérgio Buarque de Holanda, o centro da luta da burguesia contra a aristocracia. O drama da América Latina foi e é a democracia burguesa, proclamada como objetivo, careceu – e ainda carece – de um sujeito principal teórico, a burguesia democrática. Houve condições de possibilidade, mas não de realização? Não houve nem uma nem outra?

De modo que quando se trata de processo de construção da democracia na América Latina está claro que se trata da democracia liberal (nos termos de Macpherson), às vezes, no mínimo, representativa. Talvez se possa formular a hipótese de democracias liberais do tipo procedimental (inclusive *cum grano salis*), mais que burguesas, toda vez que, reitero, as burguesias latino-americanas não foram e nem são necessariamente democráticas e quando dizem que são é porque o vento da história sopra para essa direção e convém a seus interesses econômicos, políticos e ideológicos. Quando eles são minimamente afetados, recorram historicamente, aos golpes de Estados militares, e agora, *entre outros*, legislativos e/ou judiciários.

Buscar uma explicação longa duração requer prestar atenção a um bom número de variáveis. Meu ponto de partida teórico afirma que nas sociedades de classes, a democracia – como a oligarquia e a ditadura – é uma das formas possíveis de exercício da dominação de classe. Nas sociedades capitalistas, a classe dominante é a burguesia, nem sempre *em sua totalidade*, mas, em rigor, uma fração dela<sup>5</sup>. Na conjuntura atual, essa fração é a burguesia financeira, de acordo com o padrão de acumulação de capital com base na valorização financeira, estreitamente relacionado a atual revolução científico-tecnológica, em especial a informática.

Recuperar a dimensão de classe da democracia – quase abandonada por

<sup>5</sup> Metodologicamente é conveniente levar em consideração que as classes sociais nunca são homogêneas, nem econômica nem política, inclusive ideologicamente. A classe exploradora que detenha o exercício do poder pode fazê-lo por predomínio de consenso ou da coerção, para usar a diferença gramsciana. Ao mesmo tempo, uma fração é governante e outra ou outras não, o qual foi e é uma questão de conflito.

completo na atualidade – é uma tarefa fundamental, se quiser ir mais além da aparência fático-empírica. Como José Nun escreveu em algum momento, se abstraem as classes na teorização da democracia, prescindindo de um fato fundamental. Trata-se de uma observação importante, toda vez que, efetivamente, a construção de um regime político democrático, que implica outra constituição, a dos direitos da cidadania, é uma história escrita por antagonismos e lutas, uns e outros, enquanto expressão de conflitos sociais de diferente intensidade. Por certo, marcar a centralidade do conflito significa ressaltar a importância, dentro dele, dos antagonismos, as oposições e contradições no seio da sociedade. Mas também tem que prestar atenção a prática e ao desenvolvimento da política – aos modos de “fazer política” – enquanto condição necessária da democracia.

As classes dominantes e seus sócios políticos do século XIX defenderam e praticaram uma concepção que fazia da política uma *questão de cavalheiros*, privativa de núcleos minoritários instruídos e com o poder econômico, *os notáveis*. A forma oligárquica de exercer a dominação foi a mais generalizada<sup>6</sup>.

É provável que, nas condições objetivas e subjetivas existentes nas sociedades latino-americanas do século XIX, as classes populares votariam – se pudessem ter feito – por candidatos conservadores, tendo em vista o peso de condicionamentos materiais e mentais herdados dos tempos coloniais e incrementados nos pós-colônias: propriedade latifundiária da terra, caudilhismo, paternalismo, clientelismo, peso da religião, papel da Igreja, cultura política escassa ou nula, democracia (que as repúblicas acentuaram) e, depois da ruptura do nexo colonial, o militarismo. Nesse sentido, outorgo importância fundamental, para a explicação, às três matrizes societárias que modelaram as sociedades latino-americanas: a fazenda, a plantação escravista e os estabelecimentos rurais que utilizavam força de trabalho assalariada.

Tampouco podemos esquecer a violência do enfrentamento e/ou do conflito entre diferentes fragmentos das classes proprietárias pela construção da nova ordem, mostra de suas dificuldades para resolver conflitos mediante a lógica da política. A primazia da lógica da guerra, ao contrário, obstruiu ou se fez muito difícil a necessária unidade para exercer o poder. As classes proprietárias, suas frações com aspirações para ser dominantes – quase nunca dirigentes (uso da distinção gramsciana) – não puderam, não souberam e talvez não quiseram construir uma ordem sobre a base do consenso. Mas para alcançá-lo é necessário partir da admissão do dissenso (e sua preservação uma vez logrado o consenso) e lembrar sobre o que consentir. Tal comportamento implica admitir e praticar

<sup>6</sup> Sobre minha concepção de oligarquia não como classe, mas como forma de exercício da dominação, ver Analdi (1991).

uma condição chave da política, a de ser um espaço de conflito, o que não quer dizer que esta possa se resolver somente apelando à coerção, à violência física, no qual resolver as diferenças sem apelar a lógica do amigo/inimigo. Consensuar exige certas condições materiais e culturais – que também são uma construção –, que estiveram ausentes em quase todos os países latino-americanos.

A longa duração e o coeficiente histórico proveem chaves explicativas da situação atual. O meu ponto de partida foi a democratização iniciada em 1978-1979, logo precisei recorrer a uma ou outra. Toda conjuntura/situação pode ser estudada como tal, como um processo com periodização clássica: princípio e final, como na historiografia ou canônica. É um exercício necessário. Se bem feito, pode permitir inclusive compreender o que está ocorrendo, e tratando-se de atuar na política, permite diminuir o risco de erros, ou incrementar as possibilidades de acerto. Não é essa minha estratégia analítica, que é sociológico-histórico, pois, a meu ver, qualquer análise da conjuntura do tempo presente requer a utilização de, pelo menos, seis premissas ou pressupostos fundamentais de caráter geral, universal, se assim julgar pertinente. Depois, cada caso pontual – por exemplo, nacional – somará outros, específicos, próprios de cada sociedade. Indiquei em outros momentos essas premissas, tributárias de proposições de Antonio Gramsci, que reitero agora.

*Premissa 1.* As situações ou conjunturas pelas quais atravessa cada sociedade somente se explicam adequadamente levando em consideração o coeficiente histórico (conforme os termos de Piotr Sztompka) e a história de longa duração (segundo Fernand Braudel) da sociedade em questão.

Uma digressão a esse respeito: o conceito de *coeficiente histórico*, elaborado pelo sociólogo polonês Piotr Sztompka é um conjunto de seis pressupostos ontológicos: 1) a realidade social não é fixa, mas um processo dinâmico. Mais que existir é acontecer, sendo o tempo um fator imane da vida social. Tudo quanto ocorre, como e por que ocorre e os resultados que produz, depende do tempo em que acontece e de sua localização na sequência processual. 2) A mudança social é uma confluência de múltiplos processos com vários vetores que, em diferentes medidas, se sobrepõem, convergem, divergem, se apoiam ou destroem mutuamente. 3) A sociedade não é percebida como uma entidade, objeto ou sistema, mas como “uma rede fluída de relações, dominadas” por pares antagônicos: tensão ou harmonia, conflito ou cooperação. 4) Em cada processo social, a sequência de acontecimentos é tratada de forma acumulativa, de tal modo que cada fase é considerada como um resultado acumulado ou um ponto de chegada de todas as formas anteriores e, simultaneamente, iniciam, “cheio de potencial” ou ponto de partida das fases por vir. Em cada momento histórico existe “um



campo determinado de oportunidades, possibilidades, opções para o curso futuro do processo, delimitadas significativamente pela totalidade do curso passado do processo". 5) O processo social é uma construção, uma criação de agentes humanos, individuais ou coletivos, mediante suas ações. Cada fase é produto de ações realizadas por indivíduos, coletividade, grupos, movimentos sociais, etc. e, ao mesmo tempo, oferece um conjunto de oportunidades, recursos, facilidades – "matérias-primas" – para que os sujeitos construam a realidade social. 6) Os homens e as mulheres não constroem a sociedade de acordo com seus desejos, "não apenas em circunstâncias estruturais herdadas do passado, isto é, construídas por seus predecessores, ao mesmo tempo limitadas". Há, pois, "uma dialética da ação e das estruturas, nas quais as ações são parcialmente determinadas pelas estruturas anteriores e as posteriores são produzidas pelas ações anteriores" (Sztompka, 1995, p. 236). Ainda consoante Sztompka, esses seis pressupostos são o fundamento comum da sociologia histórica.

Simultaneamente, a *longa duração* é uma noção que remete não somente ao fato óbvio de que dura muito – um século ou mais, dizia Braudel –, mas a um processo de ritmo lento, uma realidade que o tempo tarda muito em se desgastar. A *longue durée* de Braudel aponta para continuidades, permanências, persistências, recorrências, a realidades que, enquanto elementos ou fatores essenciais, operam de modo relevante, decisivamente, sem rupturas radicais, ao longo dos processos históricos, dos quais constituem fios condutores. É uma conexão entre o passado e o presente ou, em outras palavras, a continuação ou a presença do passado no presente, ou seja, cristalizações. Mas também, se preferir: observar e explicar as mudanças em continuidades e as continuidades nas mudanças. Na longa duração se situam as mentalidades, "prisões de longa duração", chamava o grande historiador francês. Nesse momento, o "relato da conjuntura", a *média ou média duração*, faz referência a um tempo variável entre dezenas de anos e meio século do clássico ciclo de Kondratieff (Braudel, 1958).

Coefficiente histórico e longa duração não são equivalentes, mas podem se encaixar, justapor.

*Premisa 2.* Uma questão de resolução essencial é a diferença entre movimentos orgânicos (estruturais) e movimentos de conjuntura ou ocasionais. É chave, para uma boa explicação, "encontrar a justa relação entre o orgânico e o ocasional" (Gramsci dixit).

*Premisa 3.* Deve-se dar atenção às relações de forças sociais e políticas existentes em cada situação. Ditas forças estão estreitamente ligadas à estrutura da sociedade em questão. É uma relação objetiva, independente da vontade dos homens, assinalava Gramsci. Nela há momentos sucessivos e dentro desses mo-

mentos, graus, em geral associados ao desenvolvimento da consciência política coletiva. Esta não se desassocia necessariamente como uma curva ascendente; em geral, caso queira representar graficamente, trata-se de uma espiral, com momentos de avanço e momentos de retrocesso.

*Premisa 4.* A despeito de muitos, as classes sociais e a luta de classes ainda existem, à margem das alterações fundamentais do último meio século e do fato de que a bipolaridade clássica burguesia/proletariado se tenha modificado e que as classes se definam por algo além do que sua relação com os meios de produção. Não as nomear não as faz desaparecer da realidade.

*Premisa 5.* Esquerda e direita também continuam existindo, embora alguns não acreditem, e não são sujeitos políticos: são expressões ideológicas de sujeitos políticos e sociais. Sujeitos políticos são os partidos, as corporações empresariais, os sindicatos, os meios de comunicação concentrados e, em alguns casos, as Forças Armadas. Os sujeitos sociais são o povo e as classes (burguesia, camponeses, pequena burguesia, trabalhadores, classe média). A cosmovisão, a ideologia, a prática e o modo de ser da burguesia são de direita, mas sua capacidade para criar senso comum de suas proposições permeou nas classes subalternas, incluindo os trabalhadores ou proletários, como queira chamar.

*Premisa 6.* Em situações de crise de hegemonia, quando os grupos sociais se separam de seus partidos políticos, ou seja, quando estes deixam de expressar uma classe ou uma parte dela (crise de representação), se criam condições que possibilitam soluções de força e a atividade de "poderes obscuros" expressadas em homens providenciais ou carismáticos.

No entanto, a melhor das análises da situação ou da conjuntura estará incompleta se não se contextualiza na longa duração, tal como marca a primeira premissa. Este princípio metodológico vale para a conjuntura atual, tanto como para a do passado.

#### Ex cursus como conclusão: o apagamento da democracia

Na tarde-noite de junho 2 de maio de 2019, na Cidade Autônoma de Buenos Aires, uma robusta manifestação de apoio ao juiz federal Alejo Ramos Padilla – que está investigando atos de corrupção e a existência de uma rede ilegal de espionagem paraestatal e a qual o governo nacional persegue, violando a liberal independência entre os poderes, transferindo as causas para instâncias judiciais amigas – deve ter sido desenvolvida à escuras pela "causa" ao apagar das



luzes. Também “casualmente”, a luz retornou quando a manifestação – congregação de cidadãos e cidadãs que, enquanto significativa expressão numérica da sociedade, do *demós*, se expressavam, participavam e de alguma maneira votavam informalmente, tinha concluído. Não podia haver melhor metáfora para o apagão da justiça e, sobretudo, das democracias realmente existentes, cada dia mais minimizadas. Metáfora que não se aplica somente a Argentina.

#### Referências

- ANSALDI, Waldo. La oligarquía en América Latina: esa frívola y casquivana mano de hierro en guante de seda. **Socialismo y Participación**. Lima, n. 56, diciembre, 1991, p. 15-20. [El título original es “Frívola y casquivana, mano de hierro en guante de seda. Una propuesta para conceptualizar el término oligarquía en América Latina”, tal como fue publicado en **Cuadernos del CLAEH** (Montevideo) Año 17, Nº 61, julio de 1992]. Disponível em: <http://gesha1 sociales.uba.ar/files/2014/11/ANSALDI-Fr%3%ADvola-y-casquivana.pdf>
- \_\_\_\_\_. A mucho viento, poca vela. Las condiciones sociohistóricas de la democracia en América Latina. Una introducción. ANSALDI, Waldo (Org.). **La democracia en América Latina, un barco a la deriva**. Fondo de Cultura Económica: Buenos Aires, 2007, p. 31-50.
- \_\_\_\_\_. No es que la democracia esté perdida: está bien guardada y mal buscada. **Crítica y Emancipación**. Revista latinoamericana de ciencias sociales, Año 2, n. 3, CLACSO, Buenos Aires, 2010, p. 189-216.
- BRAUDEL, Fernand. Histoire et sciences sociales: la longue durée. **Annales**. Économies, Sociétés, Civilisations, n. 4, octobre-décembre, 1958, p. 725-753. [En castellano está incluido en Fernand Braudel, **La Historia y las Ciencias Sociales**, Alianza, Madrid, 1968; en portugués, en **História e ciências sociais**, Presença, Lisboa, 1990].
- GRACIARENA, Jorge. La democracia en la sociedad y la política. Apuntes sobre un caso concreto”. **Los límites de la democracia**, CLACSO Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, vol. 2, 1995, p. 191-202.
- FONTES, Virginia. La democracia en Brasil: aprendizaje y mimetismo. ANSALDI, Waldo (Org.). **La democracia en América Latina, un barco a la deriva**. Fondo de Cultura Económica: Buenos Aires, 2007, pp. 365-386.
- LANDER, Edgardo. **La democracia en las ciencias sociales latinoamericanas contemporáneas**. Serie Bibliográfica FOBAL CS-n. 2, Ediciones FACES/UCV y Biblioteca Nacional: Caracas, 1996.
- LECHNER, Norbert. De la revolución a la democracia. **Leviatán**, n. 21, Madrid, octubre, 1985, p. 103-113.
- MACPHERSON, C. B. **La democracia liberal y su época**. Alianza: Madrid, 1982.
- O'DONNELL, Guillermo. Democracia y exclusión. **Agora**: Cuaderno de Estudios Políticos, n. 2, Buenos Aires, verano, 1995, p.165-172.

SZTOMPKA, Piotr. **Sociología del cambio social**. Alianza: Madrid, 1995.

WEFFORT, Francisco C. **Por que democracia?**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1984.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: La renovación del materialismo histórico, Siglo XXI/Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades de la Universidad Nacional Autónoma de México: México DF, 2000.**

Waldo Ansaldi, “A democracia na América Latina: um projeto arredo e equivocado” em Tiago Siqueira Reis *et al*, organizadores, *Coleção história do tempo presente. Volume II*, Editora da UFRR [Universidade Federal de Roraima], Boa Vista, 2020, pp. 15-31. [ISBN: 978-65-86062-18-2]

